



Agosto 2018 - ISSN: 1696-8352

ECONÔMICA COLONIAL BRASILEIRA E ESTADUNIDENTE

Elias Colares Meireles Neto - UEPA

Hévila Maria Silva Cardoso - UEPA

Mirela De Cássia Dinoá Mendes - UEPA

Heriberto Wagner Amanajás Pena - UEPA

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Elias Colares Meireles Neto, Hévila Maria Silva Cardoso, Mirela De Cássia Dinoá Mendes y Heriberto Wagner Amanajás Pena (2018): "Econômica colonial brasileira e estadunidente", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, (agosto 2018). En línea: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/08/economica-colonial-brasil.html>

Resumo

Este artigo tem como objeto de análise a história colonial e sua respectiva herança nas nações brasileira e estadunidense. Nosso objetivo é investigar até que ponto o catolicismo lusitano e o protestantismo inglês influenciaram no desdobrar político-econômico de suas colônias, que posteriormente tornaram-se nações independentes politicamente, mas ainda com fortes influências dessas tradições religiosas e sociais.

Palavras-chave: Herança, Catolicismo, Protestantismo, Colônias.

Abstract

This article analyzes the colonial history and its respective heritage in the Brazilian and American nations. Our aim is to investigate the extent to which Lusitanian Catholicism and English Protestantism influenced the political-economic unfolding of its colonies, which later became politically independent but still strongly influenced by these religious and social traditions.

Key-words: Heritage, Catholicism, Protestantism, Colonies.

Resumen

Este artículo tiene como objeto de análisis la historia colonial y su respectiva herencia en las naciones brasileña y americana. Nuestro objetivo es investigar hasta qué punto el catolicismo lusitano y el protestantismo inglés influyeron en el desarrollo político y económico de sus colonias, que más tarde se volvieron políticamente independientes, pero aún fuertemente influenciadas por estas tradiciones religiosas y sociales.

Palabras-llave: Herencia, Catolicismo, Protestantismo, Colonias.

1. Introdução

O presente artigo focará na herança colonial brasileira, mais especificamente no por que do Brasil, bem como outros países latinos, não tiveram o mesmo êxito político-econômico que outras nações (que também foram colonizadas) no período posterior à descolonização. Traçaremos uma análise comparativa dos modelos de colonização britânico e lusitano e como cada metrópole influenciou no processo de desenvolvimento de suas colônias.

Sendo assim, analisaremos o modelo de Colonização de Povoamento norte-americano e o modelo de Colonização de Exploração brasileiro e suas respectivas consequências na formação político-econômica desses países. Ademais, nossa análise também abordará o porquê desses sistemas coloniais terem sido diferentes e como as tradições culturais e religiosas da Inglaterra protestante e da Portugal católica influenciaram no desenvolvimento da cultura das suas respectivas colônias.

Essa noção das tradições de cada metrópole é de imperativa análise na medida em que foram herdadas posteriormente por suas colônias, influenciando nos seus processos de desenvolvimento, respectivamente. Sendo assim, nosso desafio principal é responder por que o Brasil é um país subdesenvolvido enquanto que outros países que também foram colonizados conseguiram se desenvolver.

2. Religião e Economia

São diversos os autores que se propuseram a pensar sobre a inter-relação religião e economia-política. John Stuart Mill afirma que a Igreja influencia no posicionamento político dos fiéis; Friedrich Engels afirma que o cristianismo, que com o passar dos séculos tornou-se

religião majoritária, estimula a comodidade dos fiéis, isto é, aqueles que considerados oprimidos são ensinados a se contentarem com o que têm e a aguardarem o “paraíso”.

É inegável afirmar que a religião influencia e muito no comportamento das pessoas e, conseqüentemente, dos Estados; muitas vezes conduzindo posturas dos indivíduos com relação a determinadas temáticas. O cristianismo como um todo, por exemplo, tem sua história confundida com a história do que conhecemos como ocidente, logo, influencia diretamente na forma como os ocidentais pensam e agem socialmente, politicamente e economicamente. Portanto, é possível afirmar que a moralidade ocidental é orientada pela moral cristã. Partindo desse pressuposto, iniciamos nossa análise sobre como a religião influencia na política econômica de um país.

Evidentemente, não se trata de um debate simples e não existe uma resposta exata para explicar essa relação. Contudo, a reflexão sobre esse debate demonstra-se de extrema importância para a discussão desse artigo na medida em que a diferença religiosa estadunidense e brasileira é fruto da colonização e, de fato, influenciou no desenvolvimento político-econômico dessas nações.

2.1. A diferenciação católicos e protestantes:

Porém, antes de tudo, é importante entender de onde vem essa diferenciação entre Católicos e Protestantes. Assim como quase todas as religiões, o cristianismo não é homogêneo, existindo mais de uma tradição cristã. Essa heterogeneidade tem como primeiro marco histórico a cisma da Igreja Católica em 1024, quando esta ficou dividida entre a Igreja Romana e a Igreja Ortodoxa.

Contudo, sem dúvida, o maior marco da constituição dessa heterogeneidade é a Reforma Protestante. Com o surgimento do Estado Moderno (século XVI), o poder papal entrou em declínio e juntamente com o contexto político caótico vindo desde o século XV (declínio do Feudalismo, revoltas camponesas, miséria, extrema desigualdade social) o feito da reforma foi favorecido.

O estopim da Reforma Protestante foi quando Martinho Lutero pronunciou-se contrário à venda de indulgências pela Igreja Católica e, diante delas, afixou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, em 31 de outubro de 1517, 95 Teses ou convites para o debate na comunidade acadêmica, desafiando a autoridade da Igreja.

Em 1520, Lutero recebeu uma Bula papal para retratar-se ou seria excomungado. E Lutero, estudantes e professores de Wittenberg queimaram a Bula em praça pública. Posteriormente, por volta de 1546 a 1555, ocorreram guerras político-religiosas entre católicos e protestantes que só tiveram seu fim com o tratado de “Paz de Augsburgo” que reconheceu a legalidade do luteranismo como religião oficial de um território cujo príncipe a adotasse como tal.

A fé reformada, também chamada de Calvinismo, além dos aspectos religiosos que a diferencia da orientação católica antes da reforma, valoriza o trabalho e a poupança (acumulação de capital) como virtudes cristãs (diferente mente da igreja católica, que condenava o enriquecimento). Sendo assim, o protestantismo atraiu atenção da burguesia emergente e ganhou força, assim como o Capitalismo dava seu primeiro indício de surgimento.

Max Weber (1864-1920), em sua obra *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, afirma que o pensamento teológico calvinista foi o primeiro passo para o desenvolvimento da mentalidade capitalista, pois mais do que legitimar a acumulação de capital, essa nova ideologia criou uma nova concepção de trabalho, que não mais era voltado para manter um padrão fixo de subsistência, mas que criaria uma mentalidade de aperfeiçoamento para obter-se maior lucro e aumentar esse padrão de vida.

É evidente que este não foi o estopim do surgimento do Capitalismo moderno, tampouco que Calvino legitimou a exploração do proletariado presente nesse sistema e apontada por Karl Marx. Contudo, é inegável afirmar a importância dessa Fé reformada para a construção e legitimação, numa sociedade teísta, da mentalidade burguesa-capitalista.

2.2. A expansão do Ocidente

No início da Idade Moderna, a Europa emergia de um período conturbado e de instabilidade no século XIV. As cidades voltaram a crescer, a produção feudal não era capaz de suprir a demanda dos habitantes das cidades, o mediterrâneo estava sob domínio árabe, e as cidades italianas exerciam monopólio pelas rotas marítimas o que encarecia os produtos importados para o restante da Europa.

Em vista dessas questões, as nações buscaram novas rotas marítimas, e com isso, a oportunidade de expansão de mercado consumidor. Tem início, portanto, o período das Grandes Navegações.

O mercantilismo foi uma política econômica praticada na Europa na idade moderna. As monarquias europeias foram se firmando como Estados modernos, os reis, recebiam o apoio da burguesia comercial, que buscava a expansão do comércio para fora das fronteiras do país. Tinha como principais características o intervencionismo Estatal por meio do protecionismo, o Metalismo (acumulação de metais preciosos como sinal de riqueza da nação), e o colonialismo.

A atividade econômica recebia extrema intervenção estatal na medida em que deveria ter a finalidade principal de construir um Estado forte. Ora, sendo a economia um instrumento da política, constituiu-se como a base do poder político desse contexto. A economia internacional, portanto, foi considerada como uma arena de conflito entre interesses nacionais opostos.

O colonialismo era uma política que tinha como objetivo conquistar e controlar territórios fora da Europa. As colônias tinham como propósito fornecer produtos (matérias

primas e metais preciosos) para as metrópoles, que seriam posteriormente vendidos no mercado europeu; além de comprar produtos manufaturados pelas metrópoles a preços elevados. Além disso, essa intervenção no território americano também foi de caráter social-religioso, o povo que aqui vivia passou por um processo de cristianização e aculturação-ocidentalização, ou seja, além da influência política exercida pela metrópole, a colônia também passou a receber influência religiosa (cristã).

3. A colonização Brasileira

3.1. Modelo de colonização

O Brasil foi descoberto em 1500 pelos portugueses, e sua ocupação foi do tipo comercial. A colonização brasileira era baseada na exploração, que ocorreu por meio de diversos ciclos. Portugal não tinha interesse em fazer do Brasil uma colônia de povoamento, o objetivo era extrair o máximo possível de seus recursos e enviar o lucro para a metrópole, devido ao mercantilismo europeu, onde o acúmulo de capital era importante, e o comércio de produtos como metais preciosos era valorizado. Entretanto a descoberta desse tipo de mercadoria só foi feita dois séculos após o descobrimento do Brasil.

No primeiro momento, a economia brasileira ocorreu a partir da exploração do Pau-Brasil, e do sistema de plantation. Devido ao pacto colonial estabelecido por Portugal, a colônia só poderia fazer comércio com a metrópole, ou com nações que os colonizadores permitissem, logo o mercado interno não é o fator principal e todo tipo de comercialização está voltado somente ao mercado externo. Com isso grande parte das riquezas brasileiras ficou retida por Portugal.

Com o exclusivismo mercantilista, os produtos brasileiros eram importados para a Europa, quando transformados em produtos acabados pelos portugueses, eram vendidos a colônia com preços acima da média. Além disso, a utilização da mão de obra escrava foi um fator primordial para economia colonial brasileira. A compra e venda de escravos era lucrativa, e sua força de trabalho nas lavouras da cana de açúcar era mais rendável que a indígena, já que o pagamento não era necessário, e mais vantajoso que a europeia, que não pretendia vir até a colônia.

A colonização brasileira feita pelos portugueses, baseada no mercantilismo, foi uma forma da Metrópole Portugal, explorar a colônia Brasil, como um gerador de lucro, e extrair suas riquezas, montada apenas para fornecer produtos para o comércio, sem se importar com a situação econômica, ou ambiental do país, que foi afetada pelo latifúndio, monocultura e escravidão.

3.2. Ocupação Brasileira

A ocupação geográfica do Brasil, ocorreu por meio de diversos ciclos que se passaram no país durante sua colonização. Com a chegada dos portugueses na costa brasileira, o litoral

que possuía uma extensa área de Mata Atlântica, e grande potencial de riqueza, passou por seu primeiro ciclo da extração do Pau-Brasil, que ocorreu de 1500 e 1530. Essa foi a primeira atividade econômica da colônia, que ocorria através do escambo entre indígenas e portugueses.

Devido a fatores climáticos e características do solo, o cultivo da cana-de-açúcar começou a ser produzida no Nordeste. O auge da produção açucareira foi de 1570 a 1670, que é chamado por Fausto (2006) como o “Século do açúcar”. Com esses dois ciclos, ocorreu a ocupação da área litorânea da colônia, com características de monocultura e latifúndio.

Com as expedições dos bandeirantes paulistas, houve a descoberta de ouro e outros metais preciosos na região mais central do Brasil, mais precisamente em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Assim deu-se início ao ciclo do ouro, e a ocupação do centro brasileiro. O fluxo migratório para a região das Minas foi intenso, e grande parte da população do país passou a ocupar essa área.

No fim do século XVIII um novo ciclo se iniciou, e ficou conhecido como ciclo do café. Foi inicialmente estabelecido no Rio de Janeiro, depois foi introduzido ao Vale do Paraíba, porém logo se expandiu pelo Estado de São Paulo, Sul de Minas e Norte do Paraná. Esse ciclo foi de extrema importância para o desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste do país, pois houve a dinamização de centros urbanos com a construção de ferrovias e com a vinda de muitos imigrantes.

A ocupação da Amazônia ocorreu desde o século XVII pelos portugueses para proteger seu território de invasores ingleses, franceses e holandeses. Expedições foram realizadas para explorar o interior da Amazônia em busca de drogas do sertão. No entanto, o desenvolvimento dessa área ocorreu com o ciclo da borracha a partir do século XIX. Com um grande número de nordestinos que migraram para a região devido as secas, e a guerra que fez com que o governo incentivasse as pessoas a irem para os seringais, ficando conhecidos como “soldados da borracha”.

Esse período é conhecido como “Belle Époque”, que se instalou de 1890 a 1920. Nessa época cidades próximas a região amazônica como Belém e Manaus, eram consideradas desenvolvidas, e seguiam os padrões de cidades europeias, principalmente Paris.

3.3. História: período pré-colonial e colonial

O período pré-colonial brasileiro consiste no descobrimento do Brasil, em 1500 por Pedro Álvares Cabral, até 1530. Nesse período Portugal não colonizou o Brasil, as expedições mandadas pelos portugueses tinham o único intuito de extrair o pau-brasil através do escambo feito entre os colonizadores e os indígenas, e procurar por metais preciosos.

Feitorias foram instaladas no território brasileiro, e tinham como função armazenar o pau-brasil extraído a partir da mão de obra indígena, feitas pela troca de bugangas como

espelhos, tecidos e facas. E ainda tinham como ofício proteger o litoral de invasões estrangeiras.

A madeira dessa árvore era útil para a produção de tintas de tecidos por conta de sua coloração, e era utilizada na construção de caravelas. Porém, após 30 anos de exploração, a Mata Atlântica ficou devastada, e o pau-brasil entrou em risco de extinção. Com a diminuição dos lucros da exploração, e a constante invasão do território por outros povos, o monarca português D. João III deu início a colonização brasileira.

No período colonial, Portugal se preocupou em colonizar o Brasil ocupando seu território. Por meio das capitanias hereditárias, cidadãos portugueses receberam terras doadas pela coroa, com o dever de plantar a cana de açúcar. Que foi a atividade econômica mais lucrativa da época. Assim, foram criados os engenhos de açúcar, que usavam mão de obra escrava como força de trabalho. A capital do Brasil era Salvador, devido a prosperidade da economia na região nordeste.

Com a produção do açúcar na América central, no fim do século XVII, o mercado brasileiro começou a entrar em declínio. Expedições foram organizadas, e houve a descoberta do ouro na região de Minas Gerais. O centro econômico passa a ser localizado na região Sudeste, houve grande crescimento demográfico das cidades, e devido essa urbanização, ocorreu a geração de emprego. A capital foi transferida para o Rio de Janeiro, e o Brasil desenvolveu seu campo artístico com o Barroco, tendo como representante Aleijadinho.

Devido à excessiva cobrança de impostos feita pela coroa portuguesa, o movimento da Inconfidência Mineira, liderada pela elite local, tinha como objetivo alcançar a independência da colônia, por conta da exploração da metrópole. A revolta foi descoberta, e teve um de seus líderes, conhecido como Tiradentes, executado.

Em 1800 com a invasão de Napoleão Bonaparte em Portugal. A corte foi transferida para o Rio de Janeiro, e o Brasil passou a assumir as funções de metrópole, devido a presença da família real em território brasileiro. E assim deu-se início ao processo de independência.

Em 1821, decretos foram enviados a D. Pedro para que retornasse a Portugal, e abolisse a regência. No entanto, com ajuda da elite brasileira o príncipe regente se tornou Imperador, cortando os laços de união política com Portugal quando declarou sua independência em 7 de setembro.

3.4. O catolicismo na cultura e economia

Grande parte da população brasileira atualmente é católica. Esse fato deve-se a colonização portuguesa, que teve uma grande presença da igreja católica na formação do Brasil. Em 1549 com a chegada dos Jesuítas, cidades foram formadas, indígenas catequizados, e sofreram com a aculturação, sendo disciplinados a abandonar sua religião e seguir a europeia.

Porém, o catolicismo no Brasil vai muito além de uma religião. É uma forma de pensamento e visão, que abrange as áreas da cultura, economia e política. A igreja católica teve um importante papel no período barroco brasileiro. A arquitetura e obras dessa época estavam voltadas ao catolicismo. Além disso, a igreja se confundia com o Estado, a instituição era responsável por tarefas administrativas, e possuía representantes na política.

Apesar de o Brasil ser atualmente um país laico, a igreja católica ainda exerce grande influência na vida pública do Estado. A bancada cristã no congresso, e a existência de feriados e festas nacionais homenageando santos católicos, são exemplos dessa herança.

No âmbito econômico, a formação religiosa do Brasil também exerceu uma grande influência. Segundo Max Weber (1905) nações que tinham como base o catolicismo, tinham menos chances de se tornarem desenvolvidas. Esse fator deve-se a ideologia da igreja católica, que ensina o indivíduo a ser bom por conta de sua fé. E quando morrer, ira ascender aos céus por ter sido benevolente e não praticar pecados.

3.5. A herança brasileira

As diferenças do tipo de colonização entre Brasil e Estados Unidos, explicam o porquê de um ter se tornado potência e outro não. Portugal fez do Brasil uma colônia de exploração, baseada no mercantilismo, que tinha como objetivo extrair o máximo possível de riqueza da colônia. Instaurou o pacto colonial, para que tivesse exclusividade no comércio, e não tinha a intenção de ocupar o território até os primeiros 30 anos. Protestantes que não gostavam da hierarquia católica e anglicana, foram para os Estados Unidos, criando uma colônia de povoamento. Houve o desenvolvimento voltado para o mercado interno, favorecendo o movimento econômico da colônia.

A escravidão é um fator que diferencia os dois países. Apesar de ter ocorrido nos Estados Unidos, sua duração foi de 221 anos, enquanto no Brasil duraram 350. No entanto, o território brasileiro foi o que mais recebeu escravos, e sofre com problemas raciais até os dias de hoje. É certo que os Estados do Sul da América do Norte, também tiveram escravidão e sofrem marcas sensíveis atualmente, porém os estados do Nordeste, que não eram escravistas, lideravam a industrialização do país. O que fez com que houvesse um avanço na economia e desenvolvimento.

A formação religiosa da colônia Inglesa foi uma grande influência para o desenvolvimento da economia. Como já evidenciado neste trabalho, nações que tem o catolicismo como base, são mais propícias a uma economia mais fraca. No caso dos Estados Unidos, sua religião era a protestantismo, que foi considerada a força motriz do capitalismo no Ocidente.

A visão protestante, era que nem todos iriam ser salvos, como não poderiam ter certeza de quais seriam, o modo de vida concedia indicações. Se o indivíduo possuísse sucesso social

e trabalhasse duro, era sinal que estava em um bom caminho. Esse pensamento fazia com que a população atribuísse um grande esforço para alcançar glória e fortuna, e ter sua salvação garantida.

4. A Colonização Estadunidense

4.1 Modelo de colonização

No século XVI chegaram na América do Norte exploradores franceses, holandeses, espanhóis e britânicos. Os exploradores europeus buscavam novas terras com a intensão de criar assentamentos, dominar e povoar novos territórios para que fosse possível a expansão do mercado consumidor de suas respectivas nações. Os britânicos fizeram se instalaram no litoral leste, e criaram treze colônias. O modelo de colonização britânico implantado foi o da colônia de povoamento.

Colônia de povoamento tem como principais características o desenvolvimento econômico interno através de atividades como a agricultura. As fazendas ocupadas pelos colonos sustentavam somente o mercado interno. Havia, portanto, autonomia comercial em relação à metrópole, a produção da colônia era comercializada internamente, ao contrário de uma colônia de exploração, cuja produção colonial possui o objetivo de enriquecer somente a metrópole.

A colônia possuía autonomia política, as decisões relativas à administração interna eram tomadas pelos colonos europeus, enquanto os nativos foram completamente excluídos da nova estrutura social. Ocorriam reuniões de trabalhadores em assembleias onde era debatido o futuro das terras. A economia não dependia de somente um produto, a policultura era praticada.

Nessas colônias, ocorria também a pratica da manufatura, ou seja, os produtos que circulavam no mercado interno eram feitos na própria colônia. A qualidade desses produtos era semelhante aos que circulavam na metrópole. Ou seja, não havia a necessidade de pagar preços altíssimos à metrópole por produtos.

Mas a principal característica desse modelo de colonização é a necessidade de desenvolver uma infraestrutura de qualidade, uma vez que os colonizadores que iam para essas novas terras o faziam com o intuito de permanecer lá. Por isso, foram criadas escola, implantadas igrejas e fábricas. Além do desenvolvimento da infraestrutura das cidadãs à medida que elas foram implantadas. Essa infraestrutura possibilitou o desenvolvimento técnico-científico, o que é essencial para o crescimento de um país e o surgimento de uma potência global.

4.2 Como a América do Norte foi ocupada

À princípio, os colonizadores britânicos ocuparam a porção leste do que se tornaria Estados Unidos, área que compõe a costa banhada pelo oceano Atlântico. A porção central foi ocupada pelos franceses, enquanto a parte oeste foi ocupada pelos espanhóis.

Os britânicos implantaram 13 colônias ao longo da costa leste estadunidense, a primeira delas foi fundada na cidade de Jamestown na atual Virginia, em 1607. Algumas ocupações iniciais ocorreram na região da Nova Inglaterra, mais ao norte.

Em 1620, chegaram os peregrinos, que eram puritanos protestantes calvinistas fugidos da perseguição religiosa na Inglaterra. Nesse período, na Inglaterra se estabelecia a igreja luterana, liderada pelo monarca britânico, que é reconhecida tanto como católica quanto reformista. Os peregrinos estabeleceram a Colônia de Plymouth no atual estado de Massachusetts, e difundiram a sua cultura e sua religião.

Os assentamentos em Massachusetts expandiram e geraram novas colônias. Connecticut e New Haven, que se fundiram em 1665. Puritanos mais liberais, que consideravam os colonos de Massachusetts muito restritos, formaram a colônia de Rhode Island, onde todos, inclusive judeus, aproveitavam de liberdade de preocupações religiosas.

Mais ao norte de Massachusetts, alguns colonos se aventuraram contra as condições climáticas e formaram a colônia de New Hampshire. Essas quatro colônias, Massachusetts, Connecticut, Rhode Island e New Hampshire compunham a região conhecida como Nova Inglaterra.

Middle Colonies, ou as colônias do meio, diz respeito às colônias que se encontravam no centro da faixa leste estadunidense. Em 1633, foi fundada a colônia de Delaware pelos holandeses, por Peter Minuit, um líder religioso protestante. Em 1664, os holandeses são expulsos por Sir Robert Carr, e torna uma colônia britânica.

Em 1664, o rei Charles II deu a terras entre Nova Inglaterra e Virginia para seu irmão James, o duque de York. Essa área já era em parte ocupada por comerciantes e donos de terra holandeses, tinha o nome de Nova Holanda e foi renomeada como Nova York. A presença desses holandeses além de belgas, alemães, escandinavos e huguenotes franceses, fez com que a Colônia de Nova York fosse bastante diversa e prospera.

Também em 1664, foi fundada a colônia de Nova Jersey, por Lorde Berkeley e Sir George Carteret. Foi nomeada assim por conta da ilha de Jersey, situada no canal inglês. Essa área anteriormente esteve sob posse dos holandeses.

Em 1680, o rei deu aproximadamente 117 mil km² de terra a oeste do rio Delaware para William Penn, um Quaker dono de terras na Irlanda. As terras de William na América do Norte ficaram conhecidas como Penn's Woods algo "mata do Penn", ou simplesmente Pennsylvania. Atraídos pela promessa de terras férteis e tolerância religiosa, pessoas vindas de diversas

partes da Europa, pagaram pela sua própria viagem, e tinham dinheiro suficiente para se instalarem quando chegaram. Isso resultou na prosperidade e certa igualdade na colônia.

A terceira região é a das colônias do sul. A primeira, delas, a ser fundada foi a colônia de Maryland, em 1633, por George Calvert, Lorde Baltimore e outros colonos. A colônia recebeu esse nome por escolha do rei Charles I, em homenagem a sua esposa, rainha Henrietta Maria.

A colônia de Carolina possuía um vasto território que se estendia do sul de Virginia até a Flórida (pertencia aos espanhóis). Essa colônia era mais agrária e, portanto, menos cosmopolita. Na porção norte era praticada a agricultura de subsistência. No Sul era cultivado milho, carne de boi e de porco, além da extração de madeira, e a partir de 1690, arroz. A colônia foi dividida em 1729, em Carolina do Norte e Carolina do Sul.

Em 1732, foi criada a colônia de Geórgia, pelo inglês James Oglethorpe, como uma espécie de barreira entre as Carolinas e a Flórida, que na época era colônia espanhola. O desenvolvimento dessa colônia se assemelha ao da Carolina do Sul.

Essas treze colônias posteriormente se uniram e batalharam contra os britânicos e declararam a sua independência, dando origem aos Estados Unidos da América.

4.3 História do período colonial estadunidense

Durante o período colonial, as treze colônias britânicas desenvolveram economias variadas; bastante influenciada por fatores geográficos, como o clima e o solo.

As colônias da Nova Inglaterra se localizavam ao norte, essa região possui um clima mais ameno e o solo é menos propício para a plantação. A proximidade com o mar foi determinante para o desenvolvimento da economia local. Era praticada a pesca, caça às baleias, a construção de embarcações marítimas, além do cultivo do milho, abóbora, feijão e centeio.

As colônias mais ao norte da Nova Inglaterra praticavam atividades mais cosmopolitas, como a manufatura e o desenvolvimento de pequenas indústrias. Houve investimento na infraestrutura, como estradas, pontes, balsas e hospedarias. O empreendedorismo era bastante praticado, a ponto de ser uma das características da região, e o trabalho especializado passou por um crescimento.

A prosperidade da região a tornou atraente e a população cresceu rapidamente, provocando a habitação de terras mais a oeste na colônia. Surgiam oportunidades de emprego inclusive para mulheres, como ensino, alfaiataria e a tecelagem. Tudo isso foi possível graças a chamada "ética protestante".

Essa região era habitada por peregrinos e era intolerante à outras religiões, somente era permitida a prática da religião dos puritanos, que se opunham fortemente à igreja católica.

As colônias do meio exportavam bens de agricultura e recursos naturais, a região inclusive ficou conhecida como “cesta de pão” por conta dos diversos produtos cultivados nas colônias, principalmente o trigo. Manufaturando produtos a partir do minério de ferro, como ferramentas, pregos, arados e chaleiras que eram então exportados para o Reino Unido.

Por conta de sua inicial colonização por parte dos holandeses, essa região era habitada por holandeses, além de belgas tanto flamengos quanto valões, além de russos. Isso fez com que seus habitantes fossem diversificados, com culturas e religiões variadas. Era, portanto, mais tolerante, e não havia uma religião oficial, eram habitadas por quakers, católicos, luteranos, judeus e outros grupos religiosos.

As colônias do Sul eram mais rurais, e tinham sua economia totalmente baseada na agricultura. O principal produto cultivado na região era o tabaco, também era cultivado o algodão, milho, vegetais, frutas, grãos e a agropecuária. As plantações eram feitas em grande escala e para tanto necessitavam de mão-de-obra.

Nas plantações trabalhavam escravos africanos, a região teve a maior população de escravos das treze colônias. Milhões de escravos foram trazidos para trabalhar nessas plantações, cerca de 2,5 milhões. Esses escravos moravam nas fazendas que consistiam de uma casa grande, senzala, casa de fumo, ferraria e celeiros. Essa estrutura tornavam as fazendas autossuficientes.

Os escravos viviam em condições desumanas, trabalhavam do nascer do sol até o pôr do sol, moravam em casas superlotadas sem estrutura adequada, em extrema pobreza. Havia também os escravos de casa, que eram responsáveis pelos afazeres domésticos nas casas grande.

Nas colônias do Sul, existiam leis que impediam que escravos se casassem, terem posses ou mesmo a sua liberdade, além de impedir que os escravos recebessem educação.

Alguns proprietários de escravos davam ordens através de punições físicas e por vezes psicológicas, ameaçavam vender membros da família do escravo. Muitos escravos foram executados por seus donos por suspeita de algum crime, os executados eram queimados ou enforcados. A posse de escravos era sinônima de poder.

A escravidão se disseminou nas colônias do Sul por motivos econômicos. Mais tarde, após a independência dos Estados Unidos, se tornaria motivo para uma guerra civil entre os estados do Norte e os estados do sul.

Nessa região, havia a predominância de anglicanos e de batistas, e até os dias de hoje a religião possui um papel importante na vida dos moradores dessa região. A colonização nessa área se assemelha a de colônias de exploração, é semelhante com a colonização no Brasil. Então nos Estados Unidos colonial existiam três regiões, e a região sul era a que mais se distinguia das outras. É a região mais conservadora e intolerante do país.

4.4 Como o protestantismo influenciou a cultura e a economia

O protestantismo, como já mencionado nesse texto, valorizava uma virtude que seria o trabalho, pelo qual a prosperidade seria alcançada. Além disso, nota-se um maior individualismo advindo da fé reformada, o qual teve potencial de imprimir uma nova dinâmica nas relações sociais. Tanto a questão da busca pela prosperidade, como o caráter individualista conferiam ao cidadão-cristão uma maior autonomia e maior capacidade de desenvolvimento pessoal na esfera social.

Esses valores cristãos harmonizam com a ideia de liberdade civil, o que traz novas responsabilidades político-sociais para o cidadão cristão norte-americano. Pode-se afirmar uma afinidade entre essa tradição religiosa e a democracia. Com a fundação dos Estados Unidos como nação independente, formam-se diversas seitas religiosas na medida em que não havia uma religião oficial do estado, cada igreja, portanto, adquirindo uma própria conduta e um código de sociabilidade entre si, reforçando a ideia de liberdade de expressão.

Tudo isso contribuiu, na nação estadunidense, para a construção de um ideal liberal e democrático de influenciaria de forma direta nas decisões político-econômicas do país, bem como na mentalidade comum da sociedade americana, a qual valoriza a democracia e as liberdades individuais.

4.5 Como os EUA se tornaram uma grande potência

No século XVIII os habitantes das treze colônias exigiram o direito de escolher seus próprios representantes para administrar e coletar impostos, as exigências foram negadas. Eles então passaram a boicotar os produtos vindos da metrópole, o que foi respondido com a rejeição de seus direitos. Foi iniciada então a revolução americana, em 1775.

As treze colônias se uniram para combater e expulsar os britânicos. Tinham como objetivo a defesa de direitos como a vida, liberdade e a busca pela felicidade. A revolução acreditava nos ideais do liberalismo, e valorizava a liberdade econômica e individual, e o empreendedorismo, além do republicanismo. Era, portanto, uma revolução liberal e republicana.

Durante oito anos, estadunidenses lutaram por sua independência. Houve diversos conflitos, ao todo foram 36 batalhas. Cerca de 35 mil soldados lutaram com o apoio de 44 mil milicianos. Foram 25 mil casualidades. O exército foi liderado por George Washington, que se tornaria o primeiro presidente dos Estados Unidos.

A partir da sua independência e formação, os Estados Unidos adotaram uma constituição em 1787, e estabelecia a união entre os estados, um mercado comum, sem tarifas internas. A princípio houve uma discussão a cerca da extensão do poder federal. O primeiro secretário do tesouro, Alexander Hamilton, propôs o “poder implícito”, política em que a

constituição autorizava o governo federal a criar qualquer lei que apoiasse o conteúdo da constituição.

A revolução industrial ocorreu nos Estados Unidos teve ocorreu no século XIX. Após a guerra civil, vencida pelos estados do Norte, as máquinas começaram a substituir o trabalho manual, aumentando a capacidade de produção. Uma rede de ferrovias cobria todo o território, e os bens produzidos eram transportados mais facilmente.

A ciência era valorizada e se desenvolvia. Como resultado, inventores criavam produtos que satisfaziam o interesse do mercado consumidor. A produção de bens ocorria em larga escala, e havia investimento por parte dos bancos para a expansão de negócios. Esse crescimento industrial foi concentrado no Norte do país. Os estados do Sul se desenvolveram de maneira tardia e lenta, tanto economicamente quanto cientificamente.

Os Estados Unidos investiram em suas forças armadas e tornaram fortes belicamente, aumentando a sua influência nas relações exteriores. No século XX o país se tornou uma grande potencia global. Durante os pós I Guerra Mundial, a Europa encontrava-se devastada e, portanto, teve sua influencia reduzida, o que gerou um vácuo no domínio global, que foi posteriormente ocupado pelos Estados Unidos.

5. Conclusão

Em vista do presente estudo, podem-se extrair as seguintes conclusões: Primeiro que, de fato, a religião tem o poder de influenciar um povo, o qual está diretamente ligado a um Estado, influenciando nas políticas públicas; Segundo que os países católicos, geralmente apresentam um perfil de menos desenvolvimento econômico e uma mentalidade social de maior conformação político-social do que em países protestantes; Por fim, pode-se evidenciar a correlação entre o protestantismo e a criação da noção de cidadania dentro do contexto da democracia liberal, principalmente no caso norte-americano.

Referências

OLIVEIRA RIBEIRO, Josenilda . **Sincretismo Religioso no Brasil : Uma análise historica das transformações no catolicismo, evangelismo, candomble e espiritismo**. 2012. 29 f. (serviço social) – Universidade Federal de Pernambuco, [S.l.], 2012.1

SCHRAMM CORREA, Lucelinda. **As transformações no sistema colonial e suas repercussões : a colonização alema na Bahia**. 2012. 23 f. Universidade federal Fluminense, [S.l.], 2012.

Monasteiro, Leonardo. Ehrl Philipp. **Colônias de povoamento versus colônias de exploração ; De Heeren a Acemoglu**. 2015. 40 f. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Mota Rocha, Maria Eduarda. **Celso Furtado e a formação da cultura Brasileira** ; 2012. 13 F. Universidade Federal de Sergipe

Pádua, José Augusto. **A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais**. 2004. 9 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro

PAIVA, Ar. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 232 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/3wsmq/pdf/paiva-9788579820410.pdf>>. Acessado em 1 de maio de 2018.

WEINBERG, Meyer. **A Short History of American Capitalism**. 1. ed. Chicago: New History Press, 2002. 333 p. Disponível em: <<http://www.newhistory.org /AmCap.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

MCCUSKER, John J.; MENARD, Russel R. . **The Economy of British America, 1607-1789**. 1. ed. Carolina do Norte: The University Of North Carolina Press, 1986. 537 p. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/book/40385>>. Acesso em: 02 maio 2018.

BROOKS, David. **This American Land**. Nova Iorque: The New York Times, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/08/25/opinion/this-american-land.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

MATOS, Alderi Souza de. **A REFORMA PROTESTANTE DO SÉCULO XVI**. Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB, [S.l.], v. 3, n. 1. Disponível em: <<http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfai/fae/article/view/24/43>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

MATIAS BALBINO , Michelle. **A INFLUÊNCIA PROTESTANTE NA FORMAÇÃO DOS EUA E SUA POLÍTICA EXTERIOR: da fundação ao Destino Manifesto** . 2010. 30 p. Artigo (Bacharelado em Relações Internacionais)- Centro Universitário de Belo Horizonte, UniBH, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/michelle-balbino-a-influc3aancia-protestante-na-formac3a7c3a3o-dos-eua-e-sua-polc3adtica-exterior - da-fundac3a7c3a3o-ao-destino-manifesto.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.